

ATA DA MILÉSIMA CENTÉSIMA VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA COLEGIADA DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

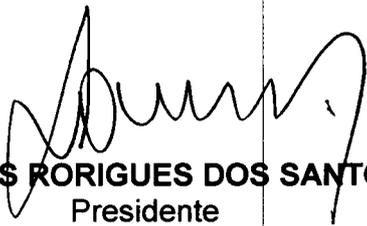
Aos vinte dias do mês de janeiro de dois mil e quatorze, às 15 horas, na Sede da Matriz da **Companhia Nacional de Abastecimento – Conab**, Empresa Pública Federal, constituída por fusão autorizada pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto A, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, com a presença do Presidente **Rubens Rodrigues dos Santos** e dos Diretores **Rogério Luiz Zeirak Abdalla** e **Lineu Olimpio de Souza**, realizou-se a milésima centésima vigésima sétima (1127ª) reunião ordinária da Diretoria Colegiada da Companhia. Na forma do disposto no inciso IV do art. 20, do Estatuto Social, o Presidente comunicou que o Diretor Rogério Luiz Zeirak Abdalla estava respondendo pela Diretoria de Operações e Abastecimento - Dirab, em vista das férias de seu titular, Marcelo de Araújo Melo. Dando início às comunicações: 1) o Presidente convidou o Sr. Enos Barbosa, engenheiro responsável pela Comissão, para apresentar o relatório técnico, referente ao Plano Nacional de Armazenagem. O engenheiro Enos entregou aos membros do colegiado uma cópia do Relatório Técnico e iniciou a apresentação, discorrendo sobre o contrato administrativo firmado com o Banco do Brasil, em 17/09/2013, por meio do qual obriga o Banco do Brasil a obedecer ao plano de investimento da Conab e o projeto básico da Conab. O projeto básico tem como objetos à contratação de projetos e construções de 10 (dez) novos armazéns – Porto de Itaqui/MA, Elizeu Martins/PI, Quixadá/CE, Petrolina/PE, Campina Grande/PB, Viana/ES, Luiz Eduardo Magalhães/BA, Anápolis/GO, Xanxerê/SC e Porto Estrela/RS – e a contratação de projetos de reforma, modernização e manutenção de 80 (oitenta) unidades da Conab, da rede existente. Estas unidades foram selecionadas, outras não constam desse plano, em função de razões estratégicas ou de perda de funcionalidade da unidade. Informa, ainda, que não são todas as unidades da Companhia, somente 80 (oitenta) delas, fazem parte do Plano. A função do Banco do Brasil nessa contratação é a de prestação de serviços de gestão e administração financeira dos recursos destinados a modernização, ampliação, reforma e construção dos armazéns e, a contratação e fiscalização de obras, serviços de engenharia e outros serviços de natureza técnica, como a aquisição de bens e equipamentos. Cabe a Comissão da Conab, basicamente, fiscalizar o Banco do Brasil. As ações já executadas pela Conab foram: a elaboração do contrato; o projeto básico; e o plano de investimento. O BB contratou as empresas que vão elaborar os EVTAs – Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica-Financeira, Ambiental e Social, para elaboração de 10 (dez) projetos. Desses 10 projetos. Desses, 2 (dois) já estão em elaboração, sendo, o do Porto de Itaqui/MA (já existente) e Viana/ES, que se encontra em fase final para entrega. Esse último, contratado pela Conab. Os outros 8 (oito) projetos, estão sendo executados pela empresa VPC/Brasil Tecnologia Ambiental e Urbanismo Ltda, contratada pelo BB dentro do programa. Dentre essas, 6 (seis) se encontram em execução – Estrela/RS, Xanxerê/SC, Luiz Eduardo Magalhães/BA, Quixadá/CE, Petrolina/PE e Campina Grande/PB. Outros 2 (dois) projetos, Anápolis/GO e Elizeu Martins/PI, estão aguardando a finalização das negociações dos terrenos. O Banco do Brasil publicou o Edital RDC Presencial, na modalidade de Técnica e Preço, para prestação de serviços de engenharia, para elaboração dos estudos preliminares e dos projetos executivos de arquitetura e engenharia, bem como, da realização de levantamentos topográficos e sondagens para Armazéns pertencentes à rede da Conab, no

total de 73 (setenta e três) armazéns. Nessa licitação, 4 (quatro) propostas foram apresentadas, mas como o preço ficou muito acima do valor orçado pelo Banco do Brasil, o Edital foi suspenso, e posteriormente cancelado, para as retificações necessárias. O Presidente indagou qual dos armazéns que está mais avançado. O Engenheiro Enos respondeu que existe a programação para 4 (quatro) armazéns, mas tudo depende do processo de licitação do Banco do Brasil. Se esse procedimento fracassar, haverá um atraso de aproximadamente 90 (noventa) dias. O Edital será reeditado, ainda, nesta semana. O Presidente solicitou para que seja feita uma apresentação, à Diretoria Colegiada, pelo menos uma vez por mês, da evolução deste projeto. Comunicou também, que hoje pela manhã, participou de uma reunião na Casa Civil, para tratar, exclusivamente, do Porto de Itaqui/MA, integrando também, da Fazenda, Planejamento e Banco do Brasil e, que haverá mais uma discussão com a ANTAQ. A situação está caminhando para que a Conab tenha de sair da área portuária e vir para uma área retroportuária. O que ocorre é que existe uma formalização da Secretária de Patrimônio da União - SPU, para construção de um conjunto residencial do programa Minha Casa Minha Vida, na área onde está instalado a UA São Luiz, motivo pelo qual a Conab, também, terá de desocupar a área. É uma região próxima do aeroporto e bem centralizada. Este assunto será discutido com o Superintendente da Suarm, com a finalidade, se for o caso, verificar a possibilidade de unificar a nova UA da área retroportuária absorvendo a questão da UA São Luis. O Engenheiro esclareceu também, que em princípio, se pensou que a UA poderia ficar nesse local, considerando tratar de uma área da antiga REFSA, onde já existe acesso a um terminal ferroviário, haja vista a necessidade da unidade de se ter acesso a um terminal ferroviário. Considerando a impossibilidade dessa opção, foi solicitado à Superintendente Regional que verificasse um novo local onde a UA São Luis pudesse ser instalada, uma vez que a Conab precisa instalar-se na retroárea, já que no porto não é local de armazenagem. O Porto é uma ferramenta para carregar e descarregar navios e, atualmente, a Conab efetua armazenagem na localidade. Este procedimento está errado, pois não está prevista no PBC do Porto para que a Conab tenha uma unidade armazenadora no local. O que está previsto são instalações e equipamentos para carregar e descarregar. Quando foi feito o EVTA, os fundamentos principais para a Conab permanecer no porto, foi o abastecimento de trigo e arroz. As entradas de trigo para abastecimento dos estados do Piauí, Tocantins e Maranhão, são realizados no Terminal Portuário do PECEM/CE, que depois, são transportados por caminhões, principalmente, para estes estados. A entrada desse trigo, segundo o que preconiza o EVTA, seria transferida para o Porto de Itaqui, via ferrovia, com destino para esses três estados. Existem, ainda, outras demandas, que embora não sendo de alimentos, são bastante demandadas pelo povo, que são a cevada e o malte. Se a Conab ficar somente numa área retroportuária, como será possível o recebimento desses produtos? A Conab vai atender somente a questão da unidade das atividades da UA São Luis e não terá equipamentos para descarregar navios e receber produtos no Porto de Itaqui. O Tegrã é uma ferramenta do agronegócio para carregamento de navios e não para descarga. Se a Conab sair do Porto de Itaqui, terão que ser revistos todos os projetos elaborados pela Companhia, pois haverá Unidades que deverão ser repensadas, como por exemplo, a Unidade de Anápolis/GO, uma vez que se encontra em construção para atendimento e projetos e negócios da VALEK em conjunto com a Conab. As unidades de Luiz Eduardo Magalhães/BA e Elizeu Martins/PI, também, terão que ser repensadas no que se refere a suas capacidades, considerando que foram dimensionadas para formar carga, uma vez que a soja apareceu no EVTA, como complemento para viabilizar, financeiramente, a unidade de Porto de Itaqui, o que se explica o percentual utilizado para dar essa viabilidade econômica/financeira que é de 3% (três por cento) da



movimentação de soja pelo porto. O que justifica a importância da unidade é o abastecimento. Se a Conab não estiver presente no porto, não cumprirá sua função maior: o abastecimento. Continuará nos moldes atuais, ou seja, o arroz chega e é descarregado na carroceria do caminhão, que segue seu caminho. Com isso, o trigo ficará restrito às regras do moinho, uma vez que a Conab não mais estará na localidade. O Presidente informou que tudo isso foi discutido na reunião com a Casa Civil, mas que acredita ser difícil a reversão dessa situação. O Engenheiro Enos informou que Casa Civil, através da Secretária de Acompanhamento, encaminhou planilhas a serem preenchidas, com informações sobre as 10 (dez) novas unidades. Estas planilhas constam do relatório entregue aos membros do Colegiado. Finalizando, informou, também, que existe uma pressão muito forte dos agricultores de soja da região de Imperatriz/MA, no sentido de que a Unidade seja recuperada. 2) O Presidente Rubens Santos efetuou uma apresentação, para os demais membros do Colegiado, sobre estudos que estão sendo realizados, em relação à reclassificação das Superintendências Regionais. Para a realização desse trabalho, foram visitadas 5 (cinco) Regionais MT, PR, RS, PA e CE, para que, em conjunto com suas equipes e Superintendentes, discutir e apresentar a metodologia a ser utilizada, bem como o trabalho que será realizado, até mesmo para validação do modelo. As observações efetuadas foram apresentadas como proposta e, ainda, analisadas pela comissão. Neste trabalho, foram consideradas as principais atividades das Suregs, atribuindo peso para cada uma, de acordo com a dificuldade e até mesmo com os períodos tempo, movimento e frequência que essas atividades surgem. Exemplificando, o PEP tem peso 10 (dez) e, peso 3 (três) para distribuição de cestas, PGPM Bio, sendo que a PGPM Bio não aparece em todas as Regionais, mesmo sendo um trabalho, relativamente fácil de ser executado. Os de peso 10 (dez), são instrumentos de subvenção, cujo trabalho é gigantesco, principalmente, os de controle e de operacionalização. Foi levantada uma série histórica de atividades, como venda balcão para atribuir peso a cada uma. A Classificação das Superintendências foi realizada em 05 níveis, sendo: nível 1 - MT, RS, PR, GO e MG; nível 2 - SP, CE, SC, MS e PE; nível 3 - RN, MA, PI, PB e ES; nível 4 - AL, PA, RJ, RO, TO e AM; nível 5 - SE, DF, RR, AC e AP. Na estrutura proposta para as Superintendências nível 1, seriam criadas duas novas áreas: Agricultura Familiar e Controles Internos e, nas demais Regionais a Área da Agricultura Familiar, em vista das constantes recomendações nos relatórios da CGU. Outra proposição é a diferenciação no valor da FG, com uma diferença, de acordo com a classificação da Sureg, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais). Outro aspecto, é que a nova estrutura não irá onerar a folha de pagamento. Assim, o grupo irá se reunir com cada Diretoria, para apresentar, discutir e ajustar a proposta, para implantação da nova estrutura da Companhia. Finda as comunicações, 2) passou-se à leitura da pauta, com a apresentação do 2.1) **Voto Presi nº 002/2014 - Nota Técnica Suare nº 001/2014 - Criação da Superintendência Regional de Sergipe.** O Presidente esclarece que, de fato a regional já existe, mas ainda não está implementada. Existe uma unidade armazenadora localizada no município de Itabaiana, que se trata de um estado produtivo, que no exercício de 2013, produziu 900 (novecentas) mil toneladas de milho. A Agricultura Familiar é muito forte no Estado, com produção de arroz e laranja. Não faz sentido a Conab não ter representação no Estado. O Colegiado aprovou o voto, nos termos relatados. 2.2) **Voto Diafi nº 001/2014 - Processo nº 21207.0146/2012-51 - Proposta de adjudicação e homologação do pregão Eletrônico Sureg/PA nº 04/2013,** destinado à contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância armada e de segurança física das instalações, materiais e veículos na Sede e unidades armazenadoras jurisdicionadas àquela Superintendência Regional. O Colegiado aprovou o voto nos termos relatados. 2.3) **Voto Diafi nº 002/2014 - Processo nº 21218.000022/2013-27.** Homologação

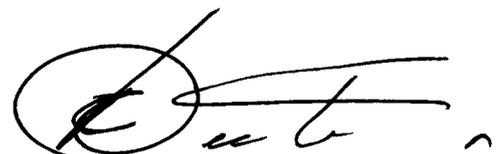
do Pregão Eletrônico CONAB SUREG/AM nº 001/2013, destinado à contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância armada para atender à sede da Sureg/AM e suas unidades operacionais. O Colegiado aprovou o voto, nos termos relatados. **2.4) Voto Diafi nº 003/2014 - Processo nº 21201.000189/2012-96.** Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de vigilância armada e segurança física dos materiais, equipamentos, mercadorias, instalações, edificações, veículos e maquinários nas dependências da UA Araraquara da SUREG/SP. O Colegiado aprovou o voto, nos termos relatados. **2.5) Voto: Dipai nº 001/2014 – Processo Sutin nº 21200.002171/2012- 61.** Adjudicação e Homologação do certame licitatório, na modalidade de Registro de Preços, objeto do Pregão Eletrônico Conab nº 24/2013 (SRP), para aquisição de equipamentos ativos de rede e racks. O Colegiado aprovou o voto nos termos relatados. Nada mais havendo para tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião e eu, Elenice Lobo Santos Ribeiro, Chefe de Gabinete, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Diretoria Colegiada e por mim.



RUBENS RORIGUES DOS SANTOS
Presidente



LINEU OLÍMPIO DE SOUZA
Diretoria Administrativa, Financeira e
de Fiscalização



ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretoria de Gestão de Pessoas
e, no exercício da
Diretoria de Operações e Abastecimento



ELENICE LOBO SANTOS RIBEIRO
Secretaria